

**Curso/Disciplina:** Direito Processual Penal Objetivo

**Aula:** Direito Processual Penal Objetivo – 12

**Professor(a):** Elisa Pittaro

**Monitor(a):** Dayane Vieira Carlos

## Aula 12

Competência (comp.)

Apenas a competência territorial é relativa.

Alguns autores, como Aury Lopes e Geraldo Prado, discordam dessa afirmativa, entendendo que:

O princípio do juiz natural garante processo e julgamento perante o juiz competente não havendo razão para nós diferenciarmos competência absoluta e relativa. A violação de qualquer regra de competência seria causa de nulidade absoluta por afronta ao princípio do juiz natural.

Esta orientação segue a linha do Garantismo, que surgiu a partir da doutrina de Luigi Ferrajoli por meio de sua obra Direito e Razão – Teoria do Garantismo Penal.

Competência do Júri

Os crimes da competência do Tribunal do Júri são os crimes dolosos contra a vida: Homicídio, Infanticídio, Induzimento ou Instigação ao Suicídio e Aborto.

O genocídio é um crime de competência do Tribunal do Júri?

Regulado pela Lei 2889/56, tem sua definição prevista no artigo 1º:

Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: [\(Vide Lei nº 7.960, de 1989\)](#)

a) matar membros do grupo;

b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;

c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

O genocídio não é crime contra a vida, mas sim contra a humanidade, cuja competência para julgamento é da Justiça Federal.

Situação: Se a capitulação for de genocídio ocorrido por meio de 20 mortes, como seria a competência?

Nucci: Cada morte corresponde a um genocídio, logo haveria 20 genocídios em concurso. A competência é da Justiça Federal.

Os advogados de Defesa sempre alegam que: As mortes foram o meio necessário para a prática do Genocídio, logo o agente deve responder apenas por 1 Genocídio. A lei 2889 é especial quando comparada ao Código Penal.

O entendimento do STF é que: O genocídio é crime contra a humanidade e homicídio, crime contra a vida. Os bens jurídicos tutelados são distintos e as mortes não são meio necessário para a prática do Genocídio. O agente deveria responder por 1 Genocídio em concurso com 20 homicídios.

Essa capitulação repercute na competência. Apesar do Genocídio não ser crime doloso contra a vida, a competência constitucional do Júri exercerá um juízo de atração de forma que todos os crimes sejam julgados pelo Júri.

Quem julga o Latrocínio (roubo seguido de morte):

O Latrocínio é crime contra o patrimônio, o que afasta a competência do Júri. A Súmula 603 do STF prevê que:

A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri.

O índio como sujeito ativo e sujeito passivo de Homicídio, qual o órgão competente para julgamento?

O artigo 109 da Constituição fala somente em disputa de direito indígena.

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

Somente nos casos de disputas sobre direitos indígenas, a competência será da Justiça Federal. Nos demais casos mesmo que pessoa indígena esteja envolvida, a competência será da Justiça Estadual, conforme Súmula 140 do STJ:

Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

Qual o órgão competente para julgamento na hipótese de o autor do homicídio ter foro por prerrogativa de função?

Art. 96. Compete privativamente:

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

A competência será do Tribunal de Justiça. Sempre que o foro privilegiado estiver na Constituição, isso afeta a competência do Júri e o agente sempre será julgado pelo Tribunal que se encontra vinculado.

Quem julga o Policial Militar que em serviço pratica um homicídio?

Segundo o artigo 125, §§4º da Constituição Federal, a competência é da Justiça Militar Estadual. Contudo, se a vítima for civil, a competência é do Júri.

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Competência da Justiça Militar

É tratada na Constituição Federal nos artigos 122 a 125. A Justiça Militar Federal julga membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). A Justiça Militar Estadual tem competência para julgar policiais militares e bombeiros.

A Justiça Militar Federal tem estrutura autônoma, já a Estadual está dentro da Organização da Justiça Estadual.

Qual o critério utilizado para saber se a conduta do militar é crime militar ou crime comum?

Há dois parâmetros principais:

1. Verificar se a conduta do militar está ou não prevista no CPM. É necessária a tipicidade.
2. O agente deve se enquadrar no art. 9º do CPM, ou seja, deve se tratar de militar em serviço ou fora do serviço, porém em razão da função.